



XV Seminário Internacional de Estudos Urbanos e Regionais – SEUR

Mulheres rurais: participação na geração de renda do Assentamento Herdeiros da Luta, localizado no município de Canguçu, RS.

Gabrielly Campos da Rosa¹

Licencianda em Geografia – Universidade Federal de Pelotas

rosacamposgaby@gmail.com

Camila Tatiane Silveira Alves²

Licencianda em Geografia – Universidade Federal de Pelotas

alvescamila1998@gmail.com

Maria Regina Caetano Costa³

Prof.^a Dr.^a – Universidade Federal de Pelotas

reginna-a_7@hotmail.com

Resumo

Este artigo tem por finalidade demonstrar o papel da mulher assentada em sua economia local. Sendo assim, problematizam-se questões de gênero tanto no meio rural quanto no espaço urbano. Para esta análise, foram entrevistadas cinco mulheres pertencentes a um grupo familiar do assentamento Herdeiros da Luta – Canguçu/RS. Dessa forma, é narrado como as mulheres que representam a pesquisa foram ocupando seus espaços e reconfigurando suas identidades dentro da perspectiva do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Além disso, são exemplificadas atividades econômicas como estratégias de permanência e reprodução dessas mulheres no ambiente rural.

Palavras-chave

Mulher assentada; movimentos sociais; renda;

Abstract

This act aims to demonstrate the role of women based in their local economy. Thus, gender issues are discussed in both rural and urban areas. For this analysis, five women belonging to a family group of the Heirs of Luta settlement - Canguçu / RS were interviewed. In this way, it is narrated how the women representing the research were occupying their spaces and reconfiguring their identities within the perspective of the Landless Rural Workers Movement (MST). In addition, economic activities such as strategies for the permanence and reproduction of these women in the rural environment are exemplified.

Palavras-Chaves

Seated woman; social movements; income;



1. Introdução

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) surgiu no final da década de 1970, fruto de uma questão agrária que se estrutura no Brasil até hoje. Este movimento social critica a presença de latifúndios-improdutivos, que eram características do Brasil colonial e que com o início da República começaram a ser questionados. Assim, o movimento tem como pauta principal o direito de famílias terem o acesso a terras que muitas vezes se encontram em situações irregulares e que estão sem utilidade.

O movimento surge na Organização das comunidades Católicas na Pastoral da terra, onde teve sua gestão no período do ano de 1978 a 1979 e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra. Este encontro se realizou entre os dias 21 e 24 de janeiro de 1984, em Cascavel-PR. Ali, decidem fundar um movimento camponês nacional, o MST, com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país.

Atualmente, o MST está presente em vinte e dois estados e segue com os mesmos objetivos definidos. Entretanto, as famílias assentadas lutam também contra a utilização de agrotóxicos e defendem amplamente a perspectiva agroecológica.

2. Metodologia

Como aporte metodológico deste trabalho destaca-se entrevistas semi-estruturadas realizadas com 5 (cinco) mulheres componentes de um grupo familiar do assentamento Herdeiros da Luta – Canguçu/RS. Como caminho metodológico destaca-se também bibliografias que convergem com o tema em questão, a saber: A participação das mulheres na economia dos Assentamentos de Reforma Agrária. Enaltece-se ainda que uma das integrantes desta análise seja pertencente a um dos grupos familiares do assentamento anteriormente citado.

3. Desenvolvimento

3.1 Contextualizações Históricas

Para uma melhor contextualização dos leitores, será, brevemente, apresentado um histórico do grupo familiar ao qual pertencem as cinco investigadas na presente pesquisa.

O grupo familiar é composto de 8 (oito) irmãos naturais do município de Palmeira das Missões, localizado ao norte do estado do Rio Grande do Sul. Tudo começou com o ingresso de um dos irmãos para o Movimento dos Trabalhadores sem Terra, este depois de ficar acampando por alguns anos conseguiu um pedaço de terra em Piratini. Vendo que o irmão



tinha atingido seu objetivo, no final da década de 1990, os demais se inseriram ao movimento. Muitos relatam que uma das causas principais que os fizeram adentrar no MST foram as dificuldades encontradas em viver na cidade e, por isso, tinham lembranças positivas da vida na zona rural, tendo em vista que a maioria deles passou sua infância e adolescência neste lugar.

As maiores das entrevistadas relatam que apesar das dificuldades que passaram participar do movimento proporcionou e ainda proporciona muito aprendizado, o que nutre nelas o sentimento de gratidão por conhecer muitas famílias e histórias de vida. A aquisição da terra no Município de Canguçu deve-se a falência de um fazendeiro proprietário da antiga fábrica de conservas e grãos Agapê. Essa fábrica contava com a mão-de-obra de vários trabalhadores que moravam na região e destacavam-se as plantações de feijão e pêssego com o uso intensivo de agrotóxicos. Uma terceira fonte de renda do fazendeiro estava relacionada com a produção leiteira. Com a falência da Agapê, o proprietário acabou se endividando com o governo estadual e para quitar essas dívidas suas terras foram destinadas à reforma agrária.

Com isso, nos acampamentos foram sorteadas as famílias que receberiam os lotes no Município de Canguçu. No início dos anos de 2000¹, cinquenta e seis famílias foram assentadas na área da antiga fazenda que contava com quatro famílias de trabalhadores fixos. Essas famílias que tinham seu emprego e residência fixos na propriedade, também receberam lotes de terra.

O processo de instalação no assentamento não foi simples. Muitos dos assentados só dispunham da terra e sem outros recursos acabaram enfrentando muitas dificuldades. Primeiramente, mudaram-se as tradições agrícolas, pois como já foi dito, eles vieram do norte do estado onde a terra é vermelha e fértil por conta de uma questão geomorfológica dos solos. Posterior a isso, enfrentaram o estigma de muitos moradores da localidade do Remanso - 1º distrito de Canguçu (local do assentamento), que não aceitavam essas famílias e, portanto, praticavam preconceito social.

O governo pouco os amparava elaborando políticas agrícolas e públicas. com o auxílio de projetos de assistência técnica e social e de investimento a agricultura. Atrelado a isso, na época, muitos assentados não tinham construído suas casas e acabaram adquirindo dívidas enormes. Tal percepção pode ser constatada na fala de uma das entrevistadas.

¹ Também em agosto de 2000, a reivindicação de título de propriedade conjunta para casais de terra sob reforma agrária finalmente apareceu de forma proeminente na maior manifestação nacional de mulheres rurais já feita. Essa marcha em Brasília, conhecida como Marcha das Margaridas, foi coordenada pela Comissão de Mulheres da CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – em aliança com uma das organizações regionais de mulheres rurais autônomas, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE) e com outros grupos.



Quando chegamos sem nada alguns moradores nos ajudaram, pois era tudo diferente: a terra que é preta, o clima que aqui é muito ventoso, o modo de falar, as tradições, a cidade ainda em desenvolvimento, e a percepção de uma população que ainda não conseguia compreender os contextos que envolviam a nossa presença nesse lugar. Chegamos em 2000 e fomos ter luz em 2005, enquanto toda a região da volta tinha luz, nós ainda não tínhamos. Embora, alguns vizinhos tenham nos acolhido bem, uma boa parte dos moradores da localidade ainda nos olhavam atravessado. Como na terra que ganhamos o proprietário antigo usava muito agrotóxico, precisamos fazer um trabalho grande para recuperar a terra, até que conseguimos ter produção agroecológica. (ENTREVISTADA 2, 2018).

Percebemos que esses moradores ainda estão em processo de conquistar o respeito e a confiança da população vizinha, pois ainda é sentido o preconceito vivo e também camuflado sobre estas famílias. Eles já possuem o seu espaço físico, a sua terra, mas empenham-se constantemente para conquistarem o seu espaço social. Com bastante esforço e luta, eles conseguiram maquinário junto a prefeitura de Canguçu para trabalhar com a agroecologia e estão criando projetos para conseguirem recursos melhores para a suas plantações, como a Romaria Agroecológica², pois como afirma Lef (2002) os saberes agroecológicos são uma constelação de conhecimentos, técnicas, saberes e práticas dispersas que respondem às condições ecológicas, econômicas, técnicas e culturais de cada geografia e de cada população.

A questão da agroecologia é tão importante pois:

Compreender que a agroecologia se apresenta como um campo científico capaz de contribuir significativamente para a redefinição das relações dos seres humanos com a natureza, bem como entre eles, extrapola a compreensão do espaço rural como espaço meramente da produção agrícola e dá voz às mulheres, jovens, homens, crianças, índios, caboclos, negros e mestiços, como sujeitos transformadores e em transformação, resultado de um processo endógeno e exógeno, que é *per se* indenitário, mas, sobretudo político (Bezerra Figueiredo e Tavares de Lima, 2006).

Foto 1: I Romária Agroecológica da Terra.

² A I Romária Agroecológica ocorreu recentemente, nos dias 24 e 25 de novembro do ano de 2018, realizada pelos moradores de todo o assentamento com o objetivo de despertar uma consciência ecológica como resistência e fortalecimento da educação da vida no campo. Foram dois dias de muita conscientização, aprendizado e reflexões com místicas e cantigas.



3.2 Organizações sociais e o papel das mulheres

No grupo familiar analisado, identificamos que as famílias vivem organizadas com base na divisão de tarefas. Neste sentido, uns ficam responsáveis pela ordenhadeira, enquanto outros se responsabilizam pelas plantações de grãos (feijão e milho). Dentre as mulheres, uma trabalha com a produção de queijos e derivados, além de atividades domésticas. Destaca-se ainda em uma das famílias a fabricação de abrigos colegiais para algumas escolas.

Minha fábrica de roupas é simples e modesta, mas ela me ajuda na contribuição da renda da casa. As escolas da cidade e do interior encomendam moletons e abrigos e desse dinheiro ajudo minha filha que está na faculdade, pois ela borda para mim. (ENTREVISTA 3, 2018).

É relevante apontar que essas mulheres participam de cursos ofertados pela EMATER como o de panificação, por exemplo, e, pois os cursos as incentivam a buscarem por sua autonomia e despertam nas mesmas o sentimento de satisfação de poder contribuir na renda familiar com seus produtos.

Foto 2: Mulheres no curso de panificação



Muitas dessas mulheres vendem seus produtos nas feiras que ocorrem do MST, como já foi citado. Os produtos são vendidos por encomenda gerando o processo de propaganda. Alguns produtos são entregues na cidade por elas mesmas. Mas conforme a quantidade encomendada, o comprador precisa buscar no assentamento, alguns produtos são: (pão, queijo, geleias, artesanatos etc.). Universidades como a UFPel e UCPel visitam o assentamento para trabalhos de campo, visualizam os produtos, comprando e realizando encomendas. Também em agosto de 2000, a reivindicação de título de propriedade conjunta para casais de terra sob reforma agrária finalmente apareceu de forma proeminente na maior manifestação nacional de mulheres rurais já feita. Essa marcha em Brasília, conhecida como Marcha das Margaridas, foi coordenada pela Comissão de Mulheres da CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – em aliança com uma das organizações regionais de mulheres rurais autônomas, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE) e com outros grupos.

Apesar das estratégias encontradas, independência financeira, complementação de renda, nota-se que ainda há fortes indícios de um modelo predominantemente patriarcal e que as principais atividades desempenhadas pelas mulheres³ estão correlacionadas com tarefas de casa e cuidado dos filhos. Contudo, observa-se uma forte atuação delas nas lavouras,

³ Suas reivindicações pelo direito a terra foram, formalmente, obtidas na Constituição Federal de 1988, a qual estabelecia que, nas terras a serem distribuídas através de reforma agrária, “o título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil” (Artigo 189).



especialmente, na época de plantio e colheita dos produtos. Atrelado a isso, identifica-se que esse trabalho braçal desempenhado por elas nas lavouras é caracterizado pela maioria das mesmas como uma forma de ajuda nas atividades de seus companheiros. Sendo assim, a questão do gênero é muito presente no meio rural como afirma PIZZINATO, et al:

A categoria gênero, por exemplo, permite discutir aspectos relacionados a masculinidades e feminilidades circunscritas em um contexto cultural, bem como as atribuições valorativas, hierárquica e de poder que lhes acompanham. (PIZZINATO, et al. 2016)

Em se tratando da divisão sexual do trabalho, a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) revela que as mulheres rurais são responsáveis por 45% da produção de alimentos no Brasil e nos países em desenvolvimento. E que, na maioria dos casos, seu trabalho segue do campo para uma árdua jornada de trabalho dentro das comunidades e de suas casas. Elas trabalham cerca de 10 horas semanais a mais que os homens. Ainda assim, somente 20% delas são proprietárias das terras onde trabalham.

Apesar de todo estigma em que está envolto a mulher e seu papel, é possível afirmar que as mulheres representantes do grupo familiar pesquisado compõem o que se denomina de pluriatividade. “Como traz Schneider (2003), a pluriatividade ocorre não apenas em à alocação da força de trabalho, mas também aos aspectos de gênero e hierarquia familiar (Schneider, 2003, p. 101)”. Ou seja, entendemos que as atividades não agrícolas realizadas por algumas mulheres, mas que fornecem subsídios para a permanência delas no meio rural, por exemplo: a fabricação de roupas. Assim afirma Schneider (2003), a entendemos, a pluriatividade que ocorre no meio rural refere-se a um fenômeno que pressupõem a combinação de pelo menos duas atividades, sendo uma delas a agricultura.

4. Conclusão

Refletindo sobre tudo que vivenciamos ao analisar este grupo social, vimos que seus membros atuam de forma cooperativa, mas que a participação econômica da mulher ainda não é equiparada ao do homem. Reproduz-se um modelo patriarcal baseado na divisão sexual do trabalho. Mas por que afirmamos isso? Cuidar da horta e dos alimentos para a subsistência, na produção de vestimentas, entre outros.

O trabalho que desempenham são trabalhos ligados ao universo feminino que subjetivamente se relaciona com fragilidade, mas se problematizada essas atividades podem ser vistas como sinônimo de liberdade. Essa jornada subestimada precisa ser visibilizada e reconfigurada. De alguma forma, deve-se buscar promover esse debate dentro do movimento, buscando aprimorar uma identidade social que está sendo construída e que vem sendo motivo de conquistas dentro e fora dos movimentos sociais. Entretanto, para



isso é necessário investir na educação popular e na problematização destas e de outras temáticas.

Em uma visão geral, percebem-se muitas semelhanças entre a mulher urbana e a mulher rural, pois ambas apesar dos avanços e dos direitos conquistados, continuam a ter seu trabalho e a sua conduta pessoal subestimadas, fortemente atrelada a uma perspectiva machista de diminuir a força da mulher.

Apesar de contextos de vivência diferentes, mulher é mulher. Neste sentido, tanto as que vivem na zona urbana quanto as que vivem na zona rural continuam sempre na luta de buscar e poder usufruir de seus direitos e de firmarem cada vez mais o seu lugar no espaço. Espaço esse, ocupado e amplamente modificado pela força feminina.

Na área econômica, as mulheres rurais têm menos acesso a recursos e serviços produtivos como terra, água e recursos não produtivos, como crédito e treinamento. Entende-se que, a inserção das mulheres, aos recursos financeiros, a sua participação na tomada de decisões no núcleo familiar, contribui na composição da renda familiar e por consequência na economia do próprio município em que residem, contribuindo para o desenvolvimento local e regional.

Referencial

ARIÈS, Philippe. História Social da Criança e da Família. Zahar: Rio de Janeiro, 1978.
FAO (..) PORTAL

FIGUEIREDO, Marcos Antônio Bezerra; e TAVARES DE LIMA, Jorge Roberto (Org.) – **Agroecologia. Conceitos e experiências**. Editora Bagaço. Recife. 2006.

LEFF, Enrique. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar.2002.

PORTELLA, Ana Paula; SILVA, Carmem. **Divisão Sexual do Trabalho em Áreas Rurais do Nordeste do Brasil**, In: SCOTT, Perry; CORDEIRO, Rosinei de (org.). Agricultura Familiar e Gênero: Práticas, Movimento e Políticas Públicas. Recife: Ed. da UFPE, 2006.

PIZZINATO, A., HAMANN, C., MARACCI-CARDOSO, J. G., & Cezar, M. M. Jovens mulheres do âmbito rural: gênero, projetos de vida e território em fotocomposições. **Psicologia & Sociedade**, 28(3), 473-483. 2016.

SCHINEIDER, Sérgio. **Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade**. Revista Brasileira de Ciência Social, São Paulo, v.18, n. 51, p. 99-121. Disponível: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988>> em: 20/06/2019.